

1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO**
2 **SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA**
3 **NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 10H00, NO MUSEU DE ARTE**
4 **MURILO MENDES.**

5 Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis, às dez horas,
6 na Sala do Conselho Superior, no Museu de Arte Murilo Mendes, regimentalmente
7 convocado sob a Presidência do Professor Doutor Marcus Vinicius David e com as
8 presenças dos Conselheiros: Girelene Alves Da Silva, Marcos Tanure Sanabio, Maria
9 Carmem Simões Cardoso de Melo, Luis Paulo Da Silva Barra, Valéria Faria, Marcos
10 Souza Freitas, Cláisse Cassab Torres, André Luis Marques Marcato, Ilka Schapper,
11 Ricardo de Cristófar, Ana Paula Ferreira, Altemir José Gonçalves Barbosa, Gilmar
12 José dos Santos, Jorge Carlos Felz Ferreira, Aline Araújo Passos, Lourival Batista de
13 Oliveira Júnior, André Silva Martins, Maurício Gattás Bara Filho, Leandro Ferracini
14 Cabral, Ângelo Atalla, Elton Geraldo de Oliveira Góes, José Luiz Lacerda, Cristina
15 Simões Bezerra, Arthur Alfredo Nunes Avelar, João Pedro Carvalho dos Reis, Lígia
16 Carvalho Barbosa, Welton de Abreu Henriques, Lucas da Silva Simeão, José Farias
17 Lima, Dimas Augusto Carvalho e José Geraldo Neto de Faria, deu-se início à reunião
18 extraordinária do Egrégio Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora.
19 Justificada a ausência dos Conselheiros Henrique Duque de Miranda Chaves Filho,
20 Kátia Maria Silva de Oliveira e Castro, Wilhelm Passarella Freire, José Gustavo Francis
21 Abdala, Denise Barbosa de Castro Friedrich, José Otávio do Amaral Corrêa e Fábio
22 Pierri. Havendo quórum, o Senhor Presidente deu início à reunião, saudando os
23 Conselheiros e agradecendo a presença de todos e todas. Na sequência, fez menção à
24 manchete do Jornal Tribuna de Minas, a qual fez referência às ocorrências na UFJF no
25 ano de 2016. Salientou que foi publicado na notícia o registro de 19 (dezenove)
26 ocorrências de furto, reforçando que o tema de segurança é de extrema importância e
27 preocupação. Dessa forma, registrou serem tais ocorrências muito graves à Comunidade
28 Universitária, afirmando que estão se mobilizando para que tais incidentes não mais
29 ocorram, dando a atenção e cuidado que o tema merece. Na sequência, o Senhor
30 Presidente passou a ordem do dia, fazendo um rápido relato da razão e urgência da
31 presente pauta em uma reunião extraordinária. Ordem do dia: **AUTORIZAÇÃO**
32 **PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA DE AVALIAÇÃO - CAED**
33 **2016-2019.** O Senhor Presidente informou que no final do mês de agosto a
34 Universidade recebeu dois relatórios de auditoria da CGU, relativos a um trabalho
35 profundo de análise de dois convênios da UFJF com a FADEPE, os quais apontavam a
36 necessidade de definir novas formas de gerenciar os projetos que a UFJF mantém com o
37 CAED. Esclareceu, assim, que essa ação fiscal da CGU gerou dois relatórios finais, os
38 quais são muito semelhantes, e apresentam 22 (vinte e duas) recomendações para a
39 Universidade, as quais são direcionadas à UFJF, propriamente, e também a projetos
40 diversos. Aduziu, ainda, que diante desses relatórios, e somado ao fato de que já
41 tratava na Universidade a necessidade de celebração de um novo convênio com a
42 FADEPE para regulamentar o ciclo 2016-2019, faz-se necessária a elaboração de um
43 novo projeto, com a efetiva regulamentação, evitando-se, assim, que não sejam

1 repetidos os mesmos erros perante a CGU. Informou, no mais, que foram recebidos pela
2 CGU em uma reunião, na qual foram indicadas diversas sugestões que a UFJF deveria
3 tomar no que diz respeito aos projetos com o CAED. Informou, também, que um dos
4 auditores fez um apontamento de que seria importante que fosse estabelecido um marco
5 zero, e passassem a ser atendidas as recomendações feitas. Na sequência, informou que
6 após o retorno da reunião, passou-se a buscar soluções para equacionar os problemas
7 encontrados e implantar resoluções compatíveis, sendo que um dos produtos dessas
8 reuniões, dentro do que havia sido sugerido pela CGU, foi uma Portaria estabelecendo
9 as regras da relação mantida entre a UFJF com a FADEPE e o CAED. Aduziu, neste
10 sentido, que com base nesta recomendação, estão sendo revistas as regras para a
11 celebração de novo convênio, sendo que, dentre as recomendações, também é necessária
12 uma aprovação no CONSU, considerando o que estabelecem os §§ 2º ao 5º do Decreto
13 7.423/2010. Completou informando que a Portaria trata dos termos do convênio e as
14 estratégias a serem firmadas a partir do marco zero, sendo que houve o cuidado de
15 desmembrar em 2 convênios, de modo que um deles possui um perfil logístico e o outro
16 apresenta características acadêmicas, nos termos de desenvolvimento de pesquisa.
17 Afirmou, ainda, que estabeleceram na portaria um novo gestor para cada convênio, o
18 qual seria o próprio professor que o coordena. Apontou, também, que havia nas
19 recomendações a necessidade de apuração de problemas já existentes, fazendo-se
20 necessária a instalação de comissões de sindicância. Informou, no mais, que existe
21 preocupação de que sejam criadas condições para a permanência e funcionamento
22 adequado do projeto CAED, o qual conta com mais de 500 trabalhadores contratados
23 pelo regime CLT. Salientou, ainda, que devem ser criadas condições de funcionalidade
24 para que não sejam rompidos contratos com tantos trabalhadores. Dando continuidade
25 ao relato, o Senhor Presidente informou que o conjunto dos valores dos projetos de
26 contratos e convênios celebrados estão com uma projeção de arrecadação em 2016 da
27 ordem de R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais), montante este que se
28 assemelha ao custeio da UFJF como um todo. Reportou, assim, que tal tema deve ser
29 tratado com o devido cuidado e rigor, devendo-se fazer os esforços para que se possa
30 avançar nessa relação, a despeito de ainda haver muito que se resolver. Por fim,
31 informou que a atual relação mantida com a CGU permitirá que seja feita uma análise
32 prévia da relação das portarias e documentos que foram sendo gerados, para que seja
33 realizada uma avaliação se os mesmos atenderiam às recomendações e sugestões do
34 referido órgão de controle. Passada a palavra ao Relator, Professor André Martins, este
35 esclareceu que a expectativa inicial era de que o presente tema pudesse ter sido tratado
36 na última reunião ordinária do CONSU. No mais, registrou seu agradecimento e
37 compreensão por parte dos Conselheiros de tal impossibilidade, informando ter sido um
38 elevado número de reuniões para que fossem equacionadas as recomendações da CGU.
39 Na oportunidade, salientou que a preocupação com o projeto deve-se, inicialmente, pelo
40 montante de valores gerados, sendo um projeto de pesquisa que permite a contratação
41 de uma vasta mão de obra. Aduziu, ainda, que desde a gestão do Professor Henrique
42 Duque já havia uma preocupação com a normatização da questão das taxas, sendo
43 sinalizada a necessidade de sua cobrança. Informou, no mais, que o Conselho Curador

1 encontra-se atento à necessidade de tais regularizações e tem se reunido com frequência,
2 havendo, também, um esforço por parte da FADEPE no sentido de reorganizar o
3 modelo de gestão e assegurar que possa cumprir sua incumbência, viabilizando a
4 celebração deste projeto. No mais, aduziu que atualmente a FADEPE está em um
5 processo de auditoria, a fim de identificar os problemas e desafios para a devida
6 regulamentação. Na sequência, o Professor André Martins pontuou que o CAED iniciou
7 como um pequeno núcleo da Faculdade de Educação, passando a participar de editais
8 públicos e tornando-se especialista no desenvolvimento da tecnologia de avaliação em
9 educação, havendo uma forte política de expansão da avaliação de desempenho dos
10 alunos. Acrescentou, ainda, que o CAED passou a desenvolver uma dinâmica muito
11 própria para enfrentar os desafios, o que possibilitou seu crescimento, mas trouxe
12 problemas. Dessa forma, cientificou aos Conselheiros de que um dos problemas diz
13 respeito ao fato da entrada de pesquisadores associados de outros órgãos, os quais
14 passaram a ser funcionários da FADEPE e a manter cargos de coordenação do CAED, o
15 que não seria possível ocorrer, de acordo com o relatório da CGU. Salientou, assim, que
16 os atuais projetos estão observando detidamente o relatório da CGU, o qual estabelece
17 recomendações que, a despeito de não serem vinculantes, têm força e necessitam ser
18 notadas. Neste sentido, informou que está havendo preocupação e trabalho conjunto por
19 parte da FADEPE, Faculdade de Educação e Administração Superior para que sejam
20 feitas as devidas adequações, visando evitar, assim, mais problemas e questionamentos
21 por parte dos órgãos de controle. Pontuou, ainda, que a solicitação em pauta,
22 autorização especial do CONSU para a celebração do convênio, já havia sido feita ano
23 passado. Salientou que não há número e nem carreira no serviço público capaz de
24 absorver todas as demandas, sendo condição para o projeto que haja esforços para
25 adequação da conduta ética em relação aos contratos celebrados, além de harmonização
26 da relação mantida com a FADEPE e com os dispositivos legais em vigência do país.
27 Encaminhou, ao final, pela autorização do Conselho Superior para a aprovação do
28 projeto. Em regime de discussão, o Conselheiro André Marcato parabenizou o trabalho
29 do Professor André Martins e concordou com a importância dada ao referido tema,
30 especialmente diante do volume de recursos envolvidos. Pontuou, contudo, que a
31 Administração Superior deverá abrir os mesmos caminhos para projetos menos vultosos
32 da UFJF também serem aprovados. Registrou, ainda, que na última Administração teve
33 dificuldades em aprovar um projeto, sendo que apenas na atual gestão, através do
34 Professor Ignácio, foram viabilizados os caminhos para que o referido projeto fosse
35 firmado. Alertou, assim, que a Universidade deve criar mecanismos para que os demais
36 projetos tenham o mesmo êxito, sendo de extrema relevância que convênios sejam
37 celebrados de forma ágil, especialmente nesta fase de crise econômica em que há
38 necessidade de captar recursos. O Senhor Presidente fez considerações acerca da fala do
39 Professor André Marcato, ocasião em que salientou que a Administração Superior
40 possui preocupações na regularização dos projetos, informando, inclusive, que em
41 recente reunião do CONSU, criou-se Comissão para rever as relações da UFJF com as
42 Fundações de Apoio, além de ser preocupação atual a regulamentação dos royalts e
43 debate a respeito do marco normativo interno da lei de inovação. Indicou, ainda, que

1 caso o projeto seja aprovado, nos termos do convênio haverá um detalhamento preciso
2 de gastos, dotações e cronogramas, sendo que todos os convênios deverão ter como
3 regra a transparência total em sua execução. Dando continuidade à reunião, a Professora
4 Aline Passos solicitou a palavra, ocasião em que defendeu que a UFJF crie uma
5 estrutura para que todos os órgãos possam conduzir à efetivação de projetos. No mais,
6 salientou ser impossível o estabelecimento de uma mesma regra para todos os projetos,
7 considerando a diversidade de cada um deles, que apresentam legislações e realidades
8 próprias. Por fim, solicitou esclarecimentos do Professor André Martins a respeito da
9 maneira como são realizadas as contratações no CAED. O Professor André Martins
10 pontuou ser esta uma das questões que a CGU destaca. Asseverou que, em regra, as
11 contratações decorrem diante no início de um projeto ou ação, sendo que após o fim
12 desta ação deveria também terminar a contratação. Informou, contudo, que vinha sendo
13 operada a não interrupção dos contratos de trabalho, pois diante do ciclo de projetos era
14 mais rentável manter a força de trabalho já existente, do que haver uma rescisão e gerar,
15 em seguida, nova contratação. Salientou, assim, ser este um tema que a Diretoria da
16 FADEPE está buscando os meios para adequar à recomendação, sendo que a própria
17 CGU já reconhece que parte da força de trabalho pode ter uma permanência
18 devidamente justificada, considerando que a dispensa poderia gerar interrupção de
19 projetos que funcionam de maneira interligada. Em relação às taxas, o Relator informou
20 ser um tema que a Administração Superior terá que enfrentar. Acrescentou, ainda, que a
21 taxa administrativa atual é de 15% (quinze por cento) do valor do contrato, havendo um
22 questionamento por parte do Ministério Público acerca do percentual desta taxa.
23 Registrhou, no mais, que a taxa é retida pela Administração Superior, sendo certo que
24 durante o período em que está na condição de Diretor da FACED, não houve nenhuma
25 contrapartida pelo cumprimento destes contratos. Aduziu que como não há
26 regulamentação interna, as Administrações anteriores mantinham a taxa, havendo uma
27 necessidade de regulação das mesmas, registrando ser um tema ainda não definido.
28 Destacou, por fim, que a Faculdade de Educação não se enriquece e nem se beneficia
29 financeiramente com o projeto CAED. Apontou, ainda, que a FACED passa por
30 dificuldades se comparada às Unidades de mesmo porte. Em seguida, o Senhor
31 Presidente trouxe informações adicionais, ressaltando que, quanto à contratação de
32 pessoal, a orientação é de que se dê por concurso público caso haja a necessidade de
33 mão de obra de maneira perene na universidade para execução de atividades previstas
34 nos convênios. A contratação via CLT, pela fundação de apoio, caberia apenas em casos
35 de projetos temporários e eventuais. Aduziu, ainda, que existem funcionários que
36 trabalham nos projetos CAED a cerca de 12 (doze) ou 14 (quatorze) anos, informando,
37 ainda, que no relatório de Auditoria houve certa flexibilização, desde que houvesse
38 reservas para garantir as previsões trabalhistas, o que significa reconhecer que o
39 funcionário poderia ficar contratado por mais de um ciclo do projeto. Informou, ainda,
40 ser um debate que alguns pareceres do Tribunal de Contas começaram a aceitar, em
41 razão de haver convênios que possam permanecer no futuro e criar condições para o
42 funcionário continuar trabalhando. Consta como uma das recomendações da FADEPE
43 que as próximas contratações deverão ocorrer com processo seletivo formal prévio,

1 observando os princípios da moralidade e impessoalidade. Quanto às taxas, reconheceu
2 ser um tema que precisa ser levado ao CONSU e tratado com urgência, não havendo
3 partilha na UFJF para as unidades que geram o projeto. Fez um rápido esclarecimento
4 que por um longo tempo as principais arrecadações do CAED se davam diretamente na
5 FADEPE, a qual retia as taxas e fazia distribuição entre a Reitoria e Unidade
6 Acadêmica. Informou, contudo, que os órgãos de controle determinaram que as taxas
7 fossem recolhidas diretamente pela Universidade, a qual passou a arrecadar todo o
8 recurso, mas carece de regulamentação para cobrança dentro da Universidade. Pontuou,
9 assim, ser necessária uma norma interna que dê base aos projetos, com a observância do
10 valor das taxas, a fim de que projetos não sejam inibidos. Na sequência, o Conselheiro
11 José Luiz Lacerda questionou qual é a responsabilidade da UFJF em caso de
12 inadimplemento de contrato, sendo esclarecido pelo Relator André Martins que, caso o
13 contratante interrompa o pagamento, a ação também é interrompida. Registrou, ainda,
14 que há essa provisão e a despeito da UFJF ser corresponsável, o Conselho Curador está
15 realizando um trabalho meticoloso de acompanhamento das ações para que a
16 Universidade não seja penalizada por nenhuma atitude desconforme. O Senhor
17 Presidente completou as informações, aduzindo que, apesar dos riscos, existe provisão
18 para os débitos trabalhistas, sendo também desenvolvidas ferramentas de gestão de risco
19 dos projetos, passivos e potencialidade dos ativos para preservar a Instituição. Em
20 regime de votação, a proposição de autorização de execução do projeto de pesquisa,
21 conforme proposto pelo relator, foi aprovada, por unanimidade. Não havendo mais
22 manifestações e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença
23 de todos e encerrou a reunião, secretariada por mim, Rodrigo de Souza Filho, que para
24 constar lavrei a presente ata que data e assino.

25

26

Juiz de Fora, 23 de setembro de 2016.

27

28

29

Rodrigo de Souza Filho
Secretário Geral

30

31

32

33

Marcus Vinicius David
Presidente do CONSU

34

35

36

ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA ____/____/____

37

1.	2.
3.	4.
5.	6.

7.	8.
9.	10.
11.	12.
13.	14.
15.	16.
17.	18.
19.	20.
21.	22.
23	24.
25.	26.
27.	28.
29.	30.
31.	32.
33.	34.
35.	36.
37.	38.
39.	40.
41.	42.
43.	44.
45.	46.
47.	48.
49.	50.
51.	52
53.	54.